

Transformações recentes da indústria têxtil brasileira (1992-1999)

Ely Mitie Massuda

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, História Econômica, Universidade de São Paulo.
e-mail: emsantos@wnet.com.br

RESUMO. Esse artigo propõe-se a apresentar a reestruturação da indústria têxtil brasileira no período de 1992 a 1999, sob o enfoque das unidades produtivas, analisadas através das informações da RAISESTAB. Considerando a inovação tecnológica inerente ao desenvolvimento do capitalismo como expressão do processo de acumulação do capital, investiga-se a evolução dos estabelecimentos segundo os segmentos (beneficiamento, fiação/tecelagem, malharia e acabamento) e o porte (micro, pequeno, médio e grande).

Palavras-chave: indústria têxtil brasileira, inovação tecnológica, unidades produtivas.

ABSTRACT. Brazilian textile industry recent transformations. This article intends to present the restructuring process of Brazilian textile industry from 1992 to 1999. Our main focus are the productive units, analyzed through RAISESTAB data. Technological innovations, inherent to capitalism development, are considered as expressions of the capital accumulation process. The factories evolution is studied according to segment (coring/cleaning, spinning/weaving, knitting and finishing) and size (micro, small, medium and large industries).

Key words: Brazilian textile industry; productive units; technological innovation.

Introdução

Assistiu-se, ao longo dos últimos vinte anos do século XX, grandes transformações. Os principais movimentos podem ser identificados pela globalização das atividades econômicas, da produção e financeira. Ao mesmo tempo, surgiu um novo paradigma industrial e tecnológico, baseado na microeletrônica. Veio a suplantiar o paradigma fordista e taylorista, que foi dominante até meados da década de 70¹.

O surgimento de um novo paradigma tecnológico está ligado ao desenvolvimento da tecnologia gerada no âmbito da III Revolução Industrial. Na realidade, as aplicações das descobertas das técnicas eletrônicas já ocorriam desde os anos cinqüenta. Portanto, essas transformações não são novas, e sim o ritmo pelo qual essas tecnologias se expandiram a partir da fase de descenso do quarto ciclo de Kondraticieff (1970/74) e a começar da solicitação do capital em aperfeiçoar as técnicas eletrônicas, criando-se a microeletrônica, esta realizada em 1971.

Desde então, iniciaram-se questionamentos quanto às medidas reguladoras da economia e do mercado de trabalho. Esses questionamentos estavam associados à inflexão nas taxas de crescimento das economias capitalistas concomitante à crise do fordismo.

No Brasil, o processo de substituição das importações, que vigorou por várias décadas do século XX, manteve elevado nível de proteção à indústria. A economia brasileira inseria-se nos padrões de desenvolvimento do capitalismo orientado pelos princípios fordistas de produção e uma política social voltada para o aumento da capacidade de consumo de determinadas classes da população.

Desde 1987, iniciou-se amplo processo de reforma comercial com o objetivo de liberalizar o comércio. Na década de 1990, sob inspiração do Consenso de Washington, esse processo foi aprofundado e finalmente ampliado em 1994, com a proposta de maior inserção da economia brasileira no mercado internacional.

O ramo têxtil, no Brasil, absorveu essas propostas, reestruturando-se progressivamente, definindo uma ruptura com os padrões vigentes até então, com amplos reflexos sobre os estabelecimentos e o emprego. No mesmo sentido, a

¹ Sobre globalização das atividades econômicas, da produção e financeira, ver: Chesnai (1996). Sobre evolução do capitalismo, processo de trabalho e novas tecnologias, ver: Katz *et al.* (1995); Faria (1997) e Pochmann (1999).

balança comercial efetivou essa influência na evolução do ramo têxtil.

A balança comercial têxtil e importações de máquinas e de equipamentos

O saldo da balança comercial têxtil brasileira foi positivo na década de 80, em resposta à política de fomento às exportações e de restrições às importações promovidas no período. A partir de 1986, porém, o saldo, embora positivo, começou a decrescer em virtude do aumento gradativo das importações de produtos têxteis. Nessa época, já se iniciara a reforma aduaneira de forma a preparar a abertura do mercado brasileiro. Em 1995, passou a apresentar saldos negativos².

Esse ano foi o primeiro do período a apresentar déficit na categoria têxtil, de US\$ 845 milhões. Esse saldo negativo decorreu, principalmente, do aumento significativo das importações, que quase dobraram em relação ao ano anterior. As exportações permaneceram no mesmo patamar. Em 1996, o déficit ultrapassou US\$ 1 bilhão, devido ao aumento das importações e a uma pequena queda nas exportações em relação ao ano de 1995, tendência esta mantida em 1997 (isto é, de aumento das importações e declínio das exportações). Desde 1998, as importações começam a decrescer num ritmo superior ao decréscimo das exportações, resultando numa redução do déficit da balança comercial têxtil para US\$ 433 milhões em 1999 (Abit 1999, p.22; Abit 2000, p.4).

Por outro lado, as importações de máquinas e de equipamentos têxteis praticamente triplicaram entre 1992 (US\$ 251 milhões) e 1995 (US\$ 738 milhões). Em 1999, atingiu US\$ 373,4 milhões. As importações concentraram-se em determinados tipos de máquinas e de equipamentos, destacando-se, entre essas, as de fiação, máquinas e equipamentos auxiliares e máquinas de costura, praticamente em todo o período (Sindtêxtil/Abit, 1995, p.18; Abit 1999, p.32; Abit 2000, p.28).

As importações de máquinas foram realizadas, na maioria dos casos, por grandes empresas, dadas as elevadas exigências de garantia e elevado custo do capital, entre outros fatores. As pequenas e as médias empresas optaram por reformar teares com

lançadeiras, readaptando-os para operarem com pinças. Estes representaram cerca de 44% dos 9 mil teares adquiridos entre 1991 e 1995, incluindo equipamentos nacionais e importados. Os teares assim reformados perdiam em produtividade em relação aos importados, mas ganhavam no custo: os importados podiam custar de US\$ 35 mil a US\$ 90 mil; os reformados, US\$ 7 mil (Gorini e Siqueira, 1997, p.18).

Modernização do parque têxtil brasileiro

A indústria têxtil caracteriza-se pela descontinuidade entre os segmentos. O produto final de uma etapa constitui-se na matéria-prima para a seguinte. Apesar de constituírem etapas, na maioria das vezes seqüenciais, cada um dos segmentos possui dinâmica própria, com especificidades tecnológicas de mercado e de matéria-prima, existindo empresas que se dedicam exclusivamente a uma delas.

Da mesma forma, existe uma quase ausência de inter-relacionamento técnico entre os diferentes processos de transformação envolvidos em fiação e tecelagem: *é tecnicamente possível incluir uma máquina de último modelo numa linha de produção onde todo o resto do equipamento é de muitas safras atrás* (Versiani, 1972, p.22).

Portanto, é perfeitamente possível a coexistência de equipamentos modernos com equipamentos obsoletos numa mesma fábrica.

O processo de modernização por que passou a indústria têxtil mundial, sobretudo após a inserção da microeletrônica nos anos 70, refletiu-se diretamente na relação produto-emprego. Portanto, a produtividade do trabalho, dada a tendência poupadora de trabalho via automação nos processos de produção, cresceu muito.

No Brasil, a modernização do parque têxtil tomou forma desde os anos 90. Os principais reflexos, como visto, retrataram-se no aumento das importações de produtos e de equipamentos para o setor, da mesma forma que na redução do número de empresas e de empregos.

Uma das características do parque têxtil brasileiro repousa na heterogeneidade das indústrias, no porte e no estágio tecnológico das mesmas. Em relação ao porte, inclui desde grandes empresas integradas (da fiação ao acabamento) até micromalharias.

O estágio tecnológico das indústrias têxteis brasileiras, de modo geral, acompanha o porte. As grandes empresas exportadoras, expostas ao mercado internacional, passaram por processo de modernização de seus equipamentos e de técnicas

² O algodão constitui a principal matéria-prima da indústria têxtil brasileira. Apesar dessa característica, ocorreu um verdadeiro processo de desmonte da produção interna desse produto. A economia, no seu processo de abertura econômica dos anos 90, configurou uma realidade de eliminação de barreiras de proteção da produção algodoeira. Verificou-se rápida redução da oferta de algodão em pluma, tornando-se o Brasil a maior nação importadora do mundo. A velha cotonicultura foi sucateada, cedendo espaço à produção moderna mecanizada. Ver: Gonçalves (1997).

organizacionais. Por outro lado, a grande maioria das empresas não passou por processos mais acentuados de modernização. Essas sobreviveram atuando nos moldes da economia informal e em nichos regionais de mercado (Oliveira e Medeiros, 1996, p.19).

Essa particularidade do parque têxtil brasileiro refletiu-se na idade média dos equipamentos do setor, em que pese o estágio tecnológico das grandes empresas.

A idade média dos equipamentos indica, até certo ponto, a incorporação de novas tecnologias no processo de produção das indústrias, dada a amplitude tomada pelas inovações criadas pela inserção da microeletrônica na tecnologia têxtil. Isso redundou em ganhos significativos de produtividade em todos os segmentos da indústria têxtil, no nível mundial. Portanto, dada a velocidade das inovações tecnológicas demandadas pelo capital, sobretudo a partir dos anos 70, a estrutura etária acaba por identificar o nível de modernização dos equipamentos, mesmo se, *a priori*, isso não indique sua obsolescência econômica. No contexto de abertura econômica inserida numa onda liberal de mundialização da produção, a referência de modernidade ocorre em relação aos países onde o capitalismo atingiu o grau mais elevado, ou seja, onde a máquina substitui o homem, sejam outros fatores de produção abundantes ou não.

A média de idade dos equipamentos têxteis no Brasil

De modo geral, a indústria têxtil brasileira é considerada obsoleta e fora dos padrões internacionais, pois as máquinas em operação apresentam uma idade média de 16 anos, o dobro dos principais produtores mundiais (Oliveira e Medeiros, 1996, p.19).

Cabe salientar que a idade média dos equipamentos têxteis no Brasil vem diminuindo em todos os segmentos, após o início do processo de abertura econômica, concomitante à redução do número de empresas e de empregos. Dentre os segmentos, o de beneficiamento exibiu o maior índice de redução de idade média, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Idade média dos equipamentos Têxteis no Brasil - 1990 - 1996 - 1997

| Segmentos | 1990 | 1996 | 1997 | 1997/1990 |
|--------------|-------|-------|-------|-----------|
| .Fiação | 12,43 | 7,94 | 8,23 | -33,8% |
| .Tecelagem | 12,77 | 11,63 | 10,98 | -14,0% |
| .Malharia | 11,20 | 10,52 | 11,03 | -1,52% |
| .Beneficiam. | 12,11 | 4,50 | 5,07 | -58,1% |

Fonte: IEMI. Elaborado por Abit/Sinditêxtil. Carta Têxtil 1998. São Paulo, Associação Brasileira da Indústria Têxtil/ Sindicato da Indústria Têxtil do Estado de São Paulo, junho/1998, p.11. 1997/1990. Elaboração própria

Entre 1990 e 1997, o segmento de beneficiamento reduziu a idade média de seus equipamentos em 58,1%. Ou seja, passou de uma idade média de 12,11 para 5,07 anos.

O fato está ligado ao declínio da produção de algodão nas regiões Sul e Sudeste e seu deslocamento para a região Centro-Oeste. A cultura do algodão, nessa região, caracteriza-se pelo plantio em escala, com áreas compatíveis com a mecanização intensa, notadamente na colheita, com estruturas próprias ou por meio de contratos com grandes cotonicultores. A nova cotonicultura no Brasil já nasceu integrada com grupos de agronegócios do algodão, incluindo a produção, as algodoceiras e, até mesmo, a fiação, e atuam diretamente no mercado de pluma ou de fio³.

A eliminação das algodoceiras ou das beneficiadoras como agentes do capital comercial nas novas regiões cotonicultoras certamente favoreceu a redução da idade média dos equipamentos do segmento, no período em questão.

A Tabela 1 também demonstra que, no segmento da malharia, a idade média de seus equipamentos permaneceu quase inalterada: de 11,2 anos em 1990, passou para 11,03 anos em 1996. Nesse segmento, predominam as microindústrias, onde a inovação tecnológica ocorre de maneira lenta em relação aos demais. Os baixos níveis de investimentos requeridos para a instalação de malharias facilitam a entrada de novos estabelecimentos, muitas vezes, com equipamentos usados.

O segmento da fiação exprimi uma redução na idade média de seus equipamentos de 34%. Passou de 12,43 anos para 8,23 no período. Isso pode ser considerado significativo, devido ao montante de investimentos necessários para aquisição de seus equipamentos. Entre os segmentos considerados, o da fiação apresenta a maior concentração de grandes estabelecimentos. Portanto, se o estágio tecnológico das indústrias têxteis depende, até certo ponto, de seu porte, considerar-se-ia normal que as fiações

³ Dentre os grandes produtores de algodão, destacavam-se os grupos Meda (São Paulo e Goiás), Tadashi (São Paulo e Mato Grosso), Maggi (Mato Grosso), Sachetti (Mato Grosso). Na cotonicultura brasileira, a grande maioria dos produtores rurais vende a matéria-prima básica, o algodão em caroço, para os beneficiadores. Esse mercado envolve agricultores, maquinistas, cooperativas e algumas indústrias têxteis com integração para trás. Distinto desse, existe o mercado de pluma, onde atuam cotonicultores, indústrias têxteis, corretores e traders importadores. Na maioria dos países produtores de algodão, o beneficiamento existe como uma estrutura de prestação de serviços. Nos Estados Unidos, por exemplo, os cotonicultores vendem a pluma que é a *commodity*. No Brasil, os cotonicultores comercializam o algodão em caroço, a matéria-prima a ser transformada em *commodity*. Ver: Gonçalves (1997), p. 10-11 e 18-19.

apresentassem a idade média de seus equipamentos abaixo dos demais segmentos.

O segmento da tecelagem apresentou uma redução da idade média de seus equipamentos lenta, comparativamente ao da fiação, de 12,77 em 1990 para 10,98 em 1997. Portanto, uma queda de 14%, no período. A idade média dos teares a lançadeira no Brasil é de 23 anos, considerada elevada. Esse seria um dos elementos responsáveis pelo desaparecimento de muitas empresas têxteis que não possuem condições de concorrer com os produtos importados, principalmente os tecidos produzidos na Ásia, com fibras artificiais e sintéticas. O processo de renovação e de modernização ocorreu principalmente nos produtores integrados de fiação e de tecelagem, ou seja, nos grandes estabelecimentos. (Oliveira e Medeiros, 1996, p.7).

O parque brasileiro de máquinas têxteis é muito antigo, com idade média muito elevada, exceto de alguns equipamentos como os alimentadores e os filatórios a rotor, que têm idade média abaixo de 10 anos. Os demais possuem idade média entre 14 e 20 anos. Apenas 32% das máquinas instaladas têm menos de 10 anos. Na Itália, esse número é de 70% e, em Taiwan, 52% (Gorini e Siqueira, 1997, p.18).

De maneira geral, a redução da idade média dos equipamentos têxteis no Brasil intensificou-se com o processo de abertura econômica, com o aumento das importações de máquinas e de equipamentos têxteis. Cumpre lembrar que isso ocorreu de maneira simultânea ao processo de extinção de inúmeras empresas têxteis. No discurso neoliberal, essa redução do número de estabelecimentos deu-se em nome da competitividade, eliminando-se aquelas indústrias tecnologicamente obsoletas⁴.

Um aspecto aparentemente contraditório diz respeito ao aumento da participação de microestabelecimentos nesse contexto. Mas a aparente contradição apenas revela o processo de flexibilização da produção e das relações trabalhistas via terceirizações e trabalho doméstico. Fato confirmado quando se verifica a produção têxtil brasileira que se manteve praticamente estável e mesmo em declínio, em todo o período em questão,

não obstante a reestruturação do parque têxtil brasileiro.

O parque têxtil brasileiro

Desde 1987, o número de estabelecimentos têxteis apresentou tendência de decréscimo, mas apresentou oscilações, conforme mostra a Tabela 2, que apresenta o número de estabelecimentos têxteis no Brasil segundo as grandes regiões.

Tabela 2. Estabelecimentos têxteis no Brasil, por região (1992-1999)

| Ano/ Região | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro- Oeste | Ignorado | Total |
|----------------|-------|----------|---------|-------|------------------|----------|-------|
| 1992 | 18 | 395 | 3.239 | 1.062 | 40 | - | 4.754 |
| 1993 | 21 | 375 | 3.008 | 1.055 | 51 | 1 | 4.511 |
| 1994 | 28 | 399 | 2.183 | 833 | 55 | 8 | 3.506 |
| 1995 | 31 | 466 | 2.256 | 963 | 72 | - | 3.788 |
| 1996 | 32 | 472 | 2.057 | 934 | 70 | - | 3.565 |
| 1997 | 33 | 465 | 2.043 | 932 | 65 | - | 3.538 |
| 1998 | 32 | 465 | 1.957 | 951 | 98 | - | 3.503 |
| 1999 | 27 | 472 | 1.835 | 992 | 127 | - | 3.453 |

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. Bases Estatísticas. RAISESTAB 1992 a 1999 (CD-ROM)

A tendência de queda já registrada desde finais da década anterior exacerbou-se entre 1992 e 1999. Em 1992, existiam 4.754 estabelecimentos industriais têxteis no Brasil, conforme segmentos considerados. Em 1999, 3.453. Portanto, a redução foi da ordem de 1.301 unidades nesse período.

Entre 1993 e 1994, verifica-se brusca queda no número de estabelecimentos, com a extinção de mais de mil unidades em um ano. Entre 1994 e 1995, houve uma recomposição parcial do número de estabelecimentos da indústria têxtil, de 3.506 para 3.788 estabelecimentos. Essa recuperação pode ser vista como reflexo do comportamento da indústria de transformação em geral. Nos primeiros anos, após a implantação do Plano Real, ocorreu um movimento generalizado de expansão nos níveis de atividade econômica no país, liderado pela indústria e sustentado pelo aumento das vendas⁵. Essa recomposição aconteceu na esteira da recuperação econômica promovida pelo Plano Real, nos seus

⁴ Há uma postura de que o Estado não deve, sob hipótese alguma, adotar medidas protecionistas do passado. Seria um risco e um grande desperdício do sacrifício realizado por empresas que se esforçaram em se adaptar ao "novo ambiente competitivo. ... no momento da abertura comercial, o protecionismo do passado representou um ônus para as empresas, mediante entorpecimento da potencialidade competitiva das mesmas. ... A volta do protecionismo ressuscitará as mesmas ameaças que existiram no passado recente, sem contudo trazer de volta aquelas empresas que foram eliminadas no processo de ajustamento às novas condições do mercado. Ver: CNI (1999), p. 386-387.

⁵ A taxa de variação real do PIB foi de 5,9% em 1994, 4,2% em 1995, 2,7% em 1996. Quanto à produção industrial, a variação anual foi de 7,8%, 1,7% e 1,1%, nos mesmos anos. Essas variações positivas deveram-se, principalmente, à indústria de bens de consumo durável, cujas taxas de variação anual situaram-se nos seguintes níveis, para os mesmos anos, respectivamente: 15,1%, 14,55%, 11,2%. Na categoria em que se situa os produtos têxteis, os bens de consumo semidurável e não durável, essas taxas foram de 1,9% em 1994, 4,2% em 1995 e 3,7% em 1996. Boletim do Banco Central do Brasil, outubro 1999. Segundo Werner Baer e Cláudio Paiva, nos oito primeiros meses após a introdução do Plano Real, o consumo aumentou em média 20% ao mês, comparado ao ano anterior. O fato resultou do aumento do poder aquisitivo dos grupos de renda mais baixa, cujos rendimentos reais sofreram impulso devido ao desaparecimento das perdas mensais frente a uma quase hiperinflação. Ver: Baer e Paiva (1996), p.212-213.

primeiros anos, em apoio à expansão da demanda. Mas essa expansão de demanda foi rapidamente suprida pelas importações que, justamente, apoiaram-se na sobrevalorização cambial, base do Plano. Após o período de “recuperação” sucedeu-se gradativa queda do número de indústrias têxteis.

Observa-se, ao mesmo tempo, que a redução do número de estabelecimentos têxteis ocorreu de maneira desigual entre as regiões brasileiras: as regiões Sul e Sudeste sofreram declínio no número de indústrias. As demais regiões tiveram expansão no período.

A região Sudeste abrigava 3.239 estabelecimentos em 1992. Em 1999, 1.835 estabelecimentos. A participação relativa da região passou de 68% para 53%, nos mesmos anos, respectivamente. O Estado de São Paulo sofreu a maior queda em números absolutos: 1.070 unidades industriais foram extintas. Somente em Americana (SP), um dos mais importantes pólos têxteis do país, mais da metade das 800 indústrias existentes em 1980 foram eliminadas, por não suportar a concorrência dos importados (Oliveira, 1995, p.3).

Na região Centro-Oeste, o número de indústrias têxteis cresceu de maneira vertiginosa⁶. Contando com 40 estabelecimentos em 1992, passou a exibir 127 em 1999, sendo a maioria beneficiadoras. A maior concentração ocorreu no Estado de Goiás (Ministério do Trabalho e Emprego, RAISESTAB, 1992 e 1999).

Ao mesmo tempo, constata-se expansão no número de indústrias no Nordeste. Em 1992, 395 (8,3% do total brasileiro) localizavam-se nessa região. Em 1999, contava com 472 (13,7%) estabelecimentos. Ocorreu, de fato, um movimento de deslocamento das unidades de produção da região Sudeste, em especial do interior, e da região Sul, sobretudo do Vale do Itajaí de Santa Catarina, para o Nordeste brasileiro⁷.

Dentro da estratégia de recuperação da competitividade das empresas do setor têxtil, está o deslocamento regional, com a transferência de plantas para a região Nordeste e para o Sul de Minas Gerais, relacionado a incentivos fiscais e a menores custos de mão-de-obra (Gorini e Martins, 1998, p.3). Além dos incentivos fiscais, outros estímulos foram oferecidos como fatores de atração de indústrias para o Nordeste⁸.

O deslocamento da produção têxtil, da região Sudeste para a região Nordeste, pode ser avaliado pelo seu consumo industrial de algodão em pluma, dada a importância desse no contexto brasileiro. Em 1992, a região Sudeste abarcava 57% do total de algodão em pluma consumido no Brasil e a região Nordeste, 24%. Em 1999, cada uma dessas regiões respondia por 40% do consumo total. O consumo nas duas regiões foi semelhante em 1999: cerca de 340 mil toneladas/ano. Na região Sul, em todo o período, o consumo anual de algodão em pluma girou em torno de 19% do total brasileiro, ou cerca de 150 mil toneladas. Nas demais regiões, houve redução no consumo produtivo (Abit 2000, p. 6 e 10).

O deslocamento das indústrias concomitante ao declínio de seu número ocorreu de maneira diferenciada entre os segmentos. A razão desse comportamento liga-se às características distintas de cada segmento em função de suas próprias especificidades tecnológicas e de mercado.

A evolução dos estabelecimentos têxteis, por segmento

A malharia e a fiação e tecelagem foram os segmentos mais atingidos pela redução no número de estabelecimentos, no período em questão, como verificado na Tabela 3.

Tabela 3. Estabelecimentos têxteis no Brasil e participação relativa, por segmento - 1992 a 1999

| Ano/ Subramo | Beneficia- mento | % | Fiação/ Tecelagem | % | Malharia | % | Acaba- mento | % | Total | % |
|-----------------|---------------------|------|----------------------|------|----------|------|-----------------|------|-------|-----|
| 1992 | 784 | 16,5 | 2.178 | 45,8 | 1.665 | 35,0 | 127 | 2,7 | 4.754 | 100 |
| 1993 | 796 | 17,7 | 2.052 | 45,6 | 1.544 | 34,2 | 119 | 2,6 | 4.511 | 100 |
| 1994 | 620 | 17,7 | 1.534 | 43,7 | 955 | 27,3 | 397 | 11,3 | 3.506 | 100 |
| 1995 | 654 | 17,3 | 1.552 | 41,0 | 1.134 | 29,9 | 448 | 11,8 | 3.788 | 100 |
| 1996 | 635 | 17,8 | 1.467 | 41,2 | 985 | 27,6 | 478 | 13,4 | 3.565 | 100 |
| 1997 | 578 | 16,3 | 1.407 | 39,8 | 1.002 | 28,3 | 551 | 15,6 | 3.538 | 100 |
| 1998 | 567 | 16,2 | 1.339 | 38,2 | 1.004 | 28,7 | 593 | 16,9 | 3.503 | 100 |
| 1999 | 559 | 16,2 | 1.278 | 37,0 | 970 | 28,1 | 646 | 18,7 | 3.453 | 100 |

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. Bases Estatísticas. RAISESTAB 1992, 1994 e 1998. (CD-ROM)

⁶ Em 1989, a região Centro-Oeste participava com apenas 10% do total do algodão produzido no país e as regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste com 71% e 19%, respectivamente. Em 1999, essa distribuição modificou-se, de modo que a região Centro-Oeste tornou-se o principal produtor de algodão em pluma, respondendo por 69% do total da produção brasileira, enquanto as regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste produziram 23% e 9% do total, respectivamente. Ver: ABIT (2000), p. 15.

⁷ A região Nordeste havia sofrido importante queda na participação do valor de produção assim como no número de estabelecimentos têxteis entre 1960 e 1970, queda essa atribuída a: (1) o grau de obsolescência dos equipamentos empregados; (2) ao fechamento de várias unidades consideradas antieconômicas. Nos anos 70, foi implantado o Programa de Reequipamento e modernização do BNDE, cujo impacto verificou-se já em 1980. Constatou-se, então, uma modernização industrial, redução de custos e diversificação da produção, redundando a retomada parcial nos níveis de participação dentro da indústria têxtil brasileira. Ver: Thorstensen (1985), p.168.

⁸ O Ceará, por exemplo, oferecia vantagens como postergação de pagamentos do ICMS, isenção de Imposto de Renda, além de oferecer parceria com as empresas no treinamento de mão-de-obra e na introdução de cooperativas de trabalhadores subcontratados na confecção, isentos de encargos sociais e remunerados de acordo com sua produção. Além da região Nordeste, os Estados de Minas Gerais e de Santa Catarina oferecem programas de incentivos fiscais às indústrias têxteis. CNI (2000), p. 178 a 189.

Verifica-se que, no período, todos os segmentos, exceto o de acabamento, sofreram reduções significativas no número de estabelecimentos.

O segmento acabamento diminuiu o número de estabelecimentos até 1993. A partir de 1994, a quantidade desses aumentou significativamente. De 127 unidades em 1992 passou para 646 unidades em 1999. Em conseqüência, foi o único segmento a elevar sua participação relativa no período: de 2,7% em 1992 para 28% em 1999.

Esse comportamento indica ligação aos processos de terceirizações ou de subcontratações colocados em prática pelas indústrias. Trata-se de serviços de lavanderia, tinturaria, estampanaria, serigrafia, fiação, tecelagem, flanelagem, engomagem, texturização. Na indústria do vestuário, a etapa mais terceirizada recaiu sobre a costura. No que se trata da indústria têxtil em si, a externalização da produção dirige-se, principalmente, para o processo de acabamento (Lins, 2000, p. 155).

De acordo com Lacerda *et al.* (2000, p.192-193), a reestruturação produtiva nos anos 90 significou

a concentração em linhas de produtos competitivos; redução da diversificação da produção; terceirização de atividades; e implantação de programas de qualidades e produtividade. Não se observaram investimentos em ampliação da capacidade produtiva, mas sim nos processos de produção, que tiveram de se adaptar ao novo cenário de abertura que se delineava ... as principais características deste ajuste foram a desverticalização e a terceirização. (grifo do autor).

Significa, em outras palavras, que as empresas concentraram-se nas atividades que lhes proporcionavam maiores lucros, permitindo que empresas de micro porte se instalassem ao seu redor nas atividades descartadas, em especial, naquelas intensivas em mão-de-obra. Tal estratégia possibilita adquirir de tais empresas serviços anteriormente supridos internamente.

Se, por um lado, essas terceirizações permitem a redução de custos devido à desnecessidade ou “repasso” de realização de investimentos em máquinas e equipamentos e em mão-de-obra, por outro lado, também pode significar a busca de especialização que complementa sua atividade. Contudo, essa busca também se vincula à conveniência de não ter que se investir para dispor desses serviços, o que, num contexto de mundialização de mercado, torna-se estratégia de redução de custos, via flexibilização do trabalho (Lins, 2000, p.156).

No que se refere às malharias, observa-se que a queda sofrida foi abrupta em 1994. Pode-se inferir que, por se tratar de segmento onde predominam

microestabelecimentos, foram as primeiras a sucumbir com a abertura do mercado brasileiro. Foram diretamente afetadas pelas importações massivas de malhas e de tecidos desde o início do Plano Real.

Por outro lado, a malharia possui características próprias, devido ao baixo volume de investimento inicial exigido, em relação aos demais segmentos, para a sua viabilidade econômica. Essa especificidade explica a recuperação parcial no número de estabelecimentos em 1998.

Quanto às fiações e às tecelagens, a significativa queda no número de estabelecimentos, de 2.178 em 1992, para 1.278 em 1999, tem a ver com a própria reestruturação dos segmento têxtil em reação ao contexto nacional de abertura comercial ao mercado internacional. São os segmentos em que a presença de grandes estabelecimentos é expressiva e, portanto, o grau de modernização mais elevado em relação aos estabelecimentos de pequenos portes. A participação relativa desses segmentos no total de estabelecimentos também sofreu redução. Em 1992, era de, praticamente, 46% e, em 1999, baixou para 37%.

O decréscimo dos segmentos fiação e tecelagem e, numa menor medida, beneficiamento e malharia, concomitante ao aumento do segmento acabamento, indica a reestruturação do ramo têxtil brasileiro. Esse processo baseou-se na desintegração vertical, com redução do leque de atividades desenvolvidas pelas empresas, invocando crescentemente a externalização da produção, ou parte dessa, por meio de terceirizações ou de subcontratações. Em conseqüência, a proliferação do segmento acabamento, a partir do aprofundamento da abertura econômica em 1994, deu-se como meio de flexibilizar o uso da mão-de-obra, vindo a responder aos apelos do capital têxtil ao processo de mundialização. Outrossim, tornou-se meio de sobrevivência ao desemprego, visto que os microestabelecimentos desempenharam papel relevante no número total do ramo têxtil.

A evolução da distribuição da indústria têxtil segundo o porte

A participação de microestabelecimentos na indústria têxtil brasileira foi marcante em todo o período analisado, conforme apresentado na Figura 1.

A figura mostra a evolução dos estabelecimentos têxteis no Brasil, segundo o porte. Na curva do total de estabelecimentos, verifica-se a brusca queda ocorrida em 1994. Todos os portes contribuíram para essa inflexão. Observa-se que os pequenos,

médios e grandes estabelecimentos apresentaram queda contínua em todo o período. Quanto maior o porte, mais importante foi o decréscimo. Aqueles de grande porte reduziram-se a, praticamente, um terço do apontado no início do período. Estabelecimentos de médio e de pequeno porte também sofreram declínios acentuados, mas numa menor medida.

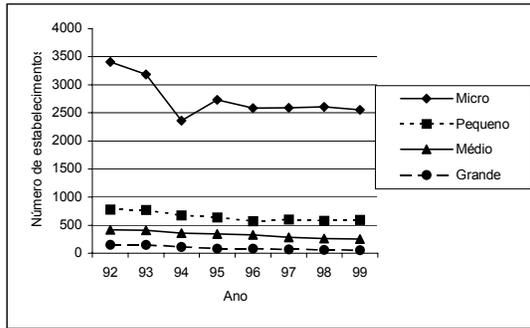


Figura 1. Estabelecimentos têxteis por porte - 1992 a 1999. Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego (RAISESTAB 1992 a 1999). Microestabelecimentos: até 19 empregados; Pequenos Estabelecimentos: 20 a 99 empregados; Médios Estabelecimentos: 100 a 499 empregados; Grandes Estabelecimentos: mais de 500 empregados

Os microestabelecimentos, embora tenham exposto clara tendência de declínio, mostraram oscilações que refletiram sobre o número total de estabelecimentos. Assim sendo, o aumento no total de estabelecimentos, verificado em 1995, contou unicamente com aqueles de micro porte.

No entanto, quando se refere aos microestabelecimentos, é necessário considerar que inserem, nessa categoria, faixas que se comportam de maneira diferenciada.

Os microestabelecimentos

O comportamento das faixas que envolvem os microestabelecimentos têxteis pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4. Microestabelecimentos têxteis no Brasil, por faixa (1992-1999)

| Ano/ Faixa | Zero empregados | % | 1 a 4 empregados | % | 5 a 9 empregados | % | 10 a 19 empregados | % | Total |
|---------------|--------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|-----------------------|------|-------|
| 1992 | 609 | 17,9 | 1.537 | 45,1 | 674 | 19,8 | 588 | 17,2 | 3.408 |
| 1993 | 415 | 13,0 | 1.529 | 48,1 | 644 | 20,2 | 594 | 18,7 | 3.182 |
| 1994 | 299 | 12,7 | 1.033 | 43,7 | 535 | 22,7 | 495 | 20,9 | 2.362 |
| 1995 | 428 | 15,7 | 1.231 | 45,1 | 582 | 21,3 | 490 | 17,9 | 2.731 |
| 1996 | 386 | 15,0 | 1.176 | 45,6 | 549 | 21,3 | 470 | 18,1 | 2.581 |
| 1997 | 346 | 13,4 | 1.219 | 47,0 | 574 | 22,2 | 450 | 17,4 | 2.589 |
| 1998 | 347 | 13,4 | 1.227 | 47,1 | 584 | 22,4 | 446 | 17,1 | 2.604 |
| 1999 | 284 | 11,1 | 1.208 | 47,3 | 607 | 23,7 | 457 | 17,9 | 2.556 |

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. RAIESTAB 1992 a 1999. Op. Cit

Conforme Tabela acima, dos 3.408 estabelecimentos de micro porte existentes em 1992, 609 (17,9%) tratavam-se de indústrias que não

empregavam nenhum trabalhador⁹; 1.537 (45,1%) empregavam de 1 a 4 trabalhadores; 674 (19,8%) contavam com 5 a 9 empregados; e 588 (17,2%) com 10 a 19 empregados.

Em 1992, as duas primeiras faixas somadas passaram a representaram 63% do total de microestabelecimentos no país ou os estabelecimentos com zero e 1 a 4 empregados representavam 45% do total da indústria têxtil no Brasil. Em 1999, detinham 58% do total de microestabelecimentos ou 43% do total da indústria têxtil brasileira.

Em 1994, o brusco declínio do número de estabelecimentos significou também abrupta queda no número daqueles de micro porte, sob as condições impostas pela ampliação da abertura econômica brasileira. Em 1995, houve a recomposição parcial de microestabelecimentos baseado justamente nas faixas mais afetadas no ano anterior. A importância dos microestabelecimentos ganha relevância em determinados segmentos, conforme constataremos a seguir.

Estabelecimentos têxteis, por porte e por segmento

Como constatado anteriormente, sob a ótica dos segmentos, destacou-se o acabamento, cujo crescimento foi contínuo em, praticamente, todo o período analisado.

A Tabela 5 mostra a evolução dos segmentos segundo o porte.

Tabela 5. Distribuição percentual dos estabelecimentos têxteis, por porte e por segmento - 1992 e 1999

| Porte/ Segmento | Beneficiamento | | Fiação/Tecelagem | | Malharia | | Acabamento | |
|--------------------|----------------|------|------------------|------|----------|------|------------|------|
| | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 | 1992 | 1999 |
| Micro | 71,7 | 82,3 | 63,1 | 62,9 | 85,0 | 83,3 | 45,0 | 74,9 |
| Pequeno | 20,2 | 15,2 | 18,1 | 19,6 | 11,3 | 13,5 | 29,9 | 19,2 |
| Médio | 6,7 | 2,5 | 13,1 | 13,7 | 3,0 | 2,9 | 22,0 | 5,7 |
| Grande | 1,4 | - | 5,7 | 3,8 | 0,7 | 0,3 | 3,1 | 0,2 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego (RAISESTAB 1992 a 1999). Microestabelecimentos: até 19 empregados; Pequenos Estabelecimentos: 20 a 99 empregados; Médios Estabelecimentos: 100 a 499 empregados; Grandes Estabelecimentos: mais de 500 empregados

Os microestabelecimentos destacam-se em todos os segmentos, atingindo elevada participação relativa em ambos anos considerados.

Em 1992, 85% das malharias eram de micro porte. Em 1999, sofreram pequena redução, mas ainda chegaram a 83,3%. Os grandes estabelecimentos reduziram a participação relativa

⁹ O tamanho do estabelecimento é determinado pelo número de empregos nele existente em 31/12 de cada ano-base. Os estabelecimentos de tamanho zero são aqueles que, embora não tendo empregados em 31/12, apresentaram alguma admissão ou desligamento ao longo do ano.

no segmento de 0,7% para 0,3%, nos mesmos anos, respectivamente. Os de médio porte mantiveram sua parcela de 3% nesses anos. Os estabelecimentos de pequeno porte elevaram sua parcela no total do segmento.

No segmento beneficiamento, a presença de microestabelecimentos também se sobressaiu. Sua participação relativa, que era de 71,7% em 1992, elevou-se para 82,3% em 1999, em detrimento de todos os demais portes do segmento. Houve drástica redução de estabelecimentos de pequenos e de médios portes. Estabelecimentos de grande porte desapareceram nesse período.

No segmento fiação e tecelagem, o decréscimo considerável ocorrido em termos absolutos atingiu todos os portes e, com maior intensidade, aqueles de grande porte, reduzindo sua participação relativa de 5,7% em 1992 para 3,8% em 1999. Os demais portes desses segmentos não alteraram significativamente suas participações relativas no período analisado.

Especial atenção merece o segmento acabamento. Como afirmado anteriormente, foi o único a aumentar seu número de unidades no período. No entanto, verificamos que, apesar dessa expansão ter incluído pequenos e médios estabelecimentos, foram aqueles de micro porte que, de fato, assegurou-a.

Os microestabelecimentos representavam 45% do total desse segmento em 1992. Em 1999, passaram para 74,9%. Destaca-se o fato de que a maior parte dos microestabelecimentos (279 unidades ou 43% do total do segmento), em 1999, tratava-se de micro estabelecimentos com zero a quatro empregados. Os grandes estabelecimentos do segmento reduziram seu número de unidades em termos absolutos de 4 (3,1%) unidades em 1992 para 1 (0,2%) unidade em 1999.

Portanto, no período de 1992 a 1999, o número total de estabelecimentos da indústria têxtil decresceu, afetando todos os portes e os segmentos. A exceção quanto aos segmentos coube ao de acabamento, único segmento a apresentar crescimento em termos de número de unidades. Esse crescimento ocorreu, basicamente, sobre microestabelecimentos de até 4 empregados, embora as demais faixas tenham contribuído, como aquelas de pequeno e de médio porte.

Conclusão

A quantidade de estabelecimentos têxteis no Brasil, entre 1992 e 1999, decresceu de modo significativo e de modo mais acentuado em 1994. O aprofundamento da abertura econômica promovida nesse ano reconfigurou a estrutura produtiva têxtil.

Beneficiamento, fiação, tecelagem e malharia declinaram seu número de estabelecimentos, prosseguindo tendência registrada desde a década anterior. O acabamento, porém, caminhou em sentido oposto aos demais segmentos, pois elevou-os sensivelmente.

Ao mesmo tempo, no que se refere ao porte dos estabelecimentos, todos contribuíram para a queda registrada; mas o declínio foi mais intenso quanto maior o porte. Portanto, embora os microestabelecimentos tenham sido afetados, aumentaram sua participação relativa no período.

Observou-se que houve parcial recuperação do número de unidades em 1995, após forte declínio registrado no ano anterior. Como relatado, essa recomposição baseou-se nos menores microestabelecimentos, sendo que coube às faixas comportando zero empregados e 1 a 4 empregados cerca de 60% do total de microestabelecimentos ou, aproximadamente, 44% do total do ramo têxtil no país. Portanto, a essas faixas coube algo próximo à metade do parque têxtil brasileiro, em termos de unidades.

Tais faixas de microestabelecimento assumiram especial relevância em determinados segmentos como a malharia e o acabamento. A relevância assumida pelos microestabelecimentos nesses segmentos ocorre, em primeira instância, devido às suas características tecnológicas e de inserção no mercado. Na verdade, traduz-se pelas suas capacidades de submissão às adversidades do grande capital têxtil. Existe uma relação de complementaridade da microindústria à grande indústria no sentido de que esta última determina quando, quanto, onde, por quanto e como produzir.

Essa interpretação ajusta-se especialmente ao segmento acabamento que surgiu e cresceu na sua função de complementaridade ao grande capital, reforçada pela maciça presença dos microestabelecimentos na citadas faixas.

A malharia, por sua vez, exerce a função de complementaridade de produção da grande indústria, preenchendo nichos não ocupados, embora a natureza da produção e os preços sejam por estas determinados. O acabamento submete-se à produção da grande indústria. Produz para a grande indústria como mero executor de seus serviços. Ocorreu, dessa forma e ao nosso ver, aprofundamento e ampliação do papel complementaridade.

Outrossim, observa-se que a evolução do número de estabelecimentos desvincilhou-se completamente das taxas de crescimento da economia. A retomada do crescimento, a partir de

1993, não significou a recuperação do número de estabelecimentos, pelo contrário, ocorreu redução. O declínio prosseguiu com desaceleração da economia instalada a partir de 1996.

Por outro lado, ocorreu deslocamento regional das unidades produtivas têxteis com transferência dessas da região Sudeste para a região Nordeste. Essa mudança inseriu-se no quadro de busca de competitividade que, entre outros, significou a redução de custos com a mão-de-obra.

A reestruturação rompeu com os padrões anteriores de produção, refletindo profundas alterações que ocorreram em nível mundial, cujo principal elemento notável é a globalização, com a revolução tecnoprodutiva assentada na III Revolução Industrial. Situa-se, portanto, no contexto de abertura econômica que tem como base a proposta de modernização de cunho liberal.

Referências

- ABIT. *Carta ABIT 1999*. Série Estatística da Cadeia Produtiva Têxtil e do Vestuário. São Paulo: Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Sindicato da Indústria Têxtil do Estado de São Paulo, 1999.
- ABIT. *Carta ABIT 2000*. Edição Especial. São Paulo: Associação Brasileira da Indústria Têxtil, 2000.
- BAER, W. e PAIVA, C. O plano real. In: BAER, W. *A Economia Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996, p.381-191.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Brasília: Ministério da Fazenda, outubro 1999.
- CHESNAI, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CNI. *Análise da eficiência produtiva e da competitividade da cadeia têxtil brasileira*. São Paulo: Confederação Nacional da Indústria, 2000.
- FARIA, J.H. *Tecnologia e processo de trabalho*. Curitiba: UFPR, 1997.
- GONÇALVES, J.S. Crise do algodão brasileiro pós-abertura dos anos 90 e as condicionantes da retomada da expansão em bases competitivas. *Informações Econômicas*. São Paulo. v.27, n.3, p.7-24, 1997.
- GORINI, A.P.F.; MARTINS, R.F. Novas tecnologias e organização do trabalho no setor têxtil. *Revista BNDES*. dez/98.
- GORINI, A.P.F.; SIQUEIRA, S.H.G. O complexo têxtil brasileiro. *Balança comercial têxtil brasileira*. Edição Especial. Rio de Janeiro: BNDES, novembro 1997.
- KATZ, C. et al. *Novas tecnologias*. Crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.
- LACERDA, A. C. et al. *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- LINS, H.N. *Reestruturação industrial em Santa Catarina*. Pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas perante os desafios dos anos 90. Florianópolis: UFSC, 2000.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO-MTB. *Relação Anual de Informações Sociais*. RAISESTAB 1992 a 1998. Brasília (CD-ROM).
- OLIVEIRA M.H. Análise Conjuntural do Setor Têxtil. *Informe Setorial. Indústria*, Rio de Janeiro: BNDES, n.8, 1995.
- OLIVEIRA, M.H.; MEDEIROS, L. A. Investimentos necessários para a modernização do Setor Têxtil. *BNDES Setorial*. Rio de Janeiro: BNDES, n.3, 1996.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.
- SINDITÊXTIL/ABIT. *Carta Têxtil*. São Paulo: Sindicato da Indústria Têxtil do Estado de São Paulo e Associação Brasileira da Indústria Têxtil, 1995 e 1998.
- THORSTENSEN, V.H. Estrutura de mercado e pequena empresa. In: RATTNER, J.H. *Pequena empresa*. O comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.148-200.
- VERSIANI, F.R. Industrialização e emprego: o problema da reposição de equipamentos. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 3-54, 1972.

Received on November 29, 2001.

Accepted on January 07, 2002.